

KARSTEN S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Karsten S.A. ("Companhia") e suas controladas têm como atividades preponderantes a industrialização e comercialização das seguintes linhas de produtos: cama, mesa, banho e tecidos para decoração e bordar.

A Companhia, com sede na rua Johann Karsten, 260, Testo Salto em Blumenau, Estado de Santa Catarina, é uma sociedade anônima de capital aberto e suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de valores Brasil, Bolsa, Balcão (B³), sob os códigos CTKA3 (ON) e CTKA4 (PN).

A Companhia possui estrutura e os custos administrativos, gerenciais e operacionais parcialmente compartilhados com as demais empresas controladas.

Continuidade Operacional

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia acumulou prejuízos no montante de R\$ 387.720 (R\$ 339.803 em 31 de dezembro 2017), o patrimônio líquido negativo foi de R\$ 255.575 (R\$ 208.188 em 31 de dezembro 2017), e o passivo circulante consolidado da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 358.427 (R\$ 300.910 em 31 de dezembro 2017). O capital circulante líquido negativo é decorrente, em boa parte, pela dívida de debêntures no montante de R\$ 458.457 em 30 de setembro de 2018, cujo o vencimento final foi dia 10 de janeiro de 2017. A partir de 01 de janeiro de 2015, a Companhia descontinuou os pagamentos referente as debêntures e os montantes vencidos totalizaram R\$ 387.117 em 31 de dezembro de 2017, sendo que até a presente data a Companhia não conseguiu renegociar essa dívida.

A Administração segue focada na retomada da rentabilidade operacional da Companhia, para tanto, a Administração tem em andamento diversas ações, como segue:

- Foco na gestão de caixa e redução de custos que já apresentam resultados importantes no ano, como aumento do Lucro Bruto da Companhia de 37,7% sobre a ROL em 2017 para 42,1% em 2018.
- Segue em andamento a interlocução junto aos credores das debêntures, visando alterar o cronograma de amortização de forma a adequar o pagamento das debêntures à previsão de geração de caixa da Companhia. Essa adequação está levando em conta as necessidades de investimentos para os próximos anos, necessários para retomada dos resultados positivos e diminuição da alavancagem financeira;
- Melhoria da margem de contribuição, com profunda análise de mix e qualificação do portfólio de produtos, focando nas linhas de maior rentabilidade;

- Fortalecimento das Marcas da Companhia junto aos Consumidores e Clientes, sendo a expansão do Varejo um grande foco. Em 2018 a Companhia realizou a abertura de uma nova loja em Florianópolis, bem como a mudança do endereço da loja de Porto Alegre. Está prevista pelo menos a abertura de mais uma nova loja física, bem como o incremento da operação do E-commerce, que já apresenta um crescimento de 70% sobre 2017;
- Otimização dos processos internos, visando redução de desperdícios e ineficiências, as quais mostram a diretriz de foco em rentabilidade que a Companhia está seguindo

A Administração acredita que os resultados das ações acima trarão a Companhia as melhorias necessárias para equilíbrio financeiro com melhora dos resultados.

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A emissão destas informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração em 13 de novembro de 2018. Em consonância com o artigo 122 do Estatuto da Companhia, a aprovação das contas da Administração será realizada privativamente pela Assembleia Geral.

a) Declaração de preparação

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de 30 de setembro de 2018, foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e apresentam notas explicativas selecionadas, de forma a se evitar a redundância de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2017, disponibilizadas a público em 29 de março de 2018.

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de 30 de setembro de 2018, portanto não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas contábeis para demonstrações financeiras anuais e, conseqüentemente, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), de 31 de dezembro de 2017.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia e sua gestão.

b) Demonstração do Valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição no período abrangido por estas informações contábeis intermediárias e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis intermediárias e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração requerida pelas IFRS’s.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA, apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

c) Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico exceto quando as notas explicativas indicarem o contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contrapartidas pagas em troca de ativos.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima.

e) Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 – Contas a receber
- Nota 7 – Estoques
- Nota 11 – Imobilizado
- Nota 12 – Intangível
- Nota 15 – Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e depósitos judiciais
- Nota 16 – Imposto de renda e contribuição social diferidos
- Nota 23 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

f) Consolidação

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em operações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (“*impairment*”) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis da Companhia e das suas controladas diretas, conforme demonstrado a seguir:

Empresas consolidadas:	Percentual de Participações	
	30/09/2018	31/12/2017
<u>Controlada</u>		
Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	99,99%	99,99%
Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda.	99,99%	99,99%
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	99,99%	99,99%
Trucasa Comercial Ltda.	99,99%	99,99%

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das informações contábeis intermediárias, bem como os principais julgamentos e premissas utilizadas nas estimativas na aplicação das práticas contábeis, além das mesmas adotadas quando da preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a partir de 01 de janeiro de 2018, a Companhia passou a adotar os prununciamentos IFRS 9 e IFRS 15, que geraram como principal impacto a reclassificação de natureza de instrumentos financeiros de empréstimos e recebíveis para custo amortizado ou valor justo por meio do resultado, como pode ser observado na nota explicativa 23.

3.1 Principais alterações nas normas contábeis – vigentes a partir 01 de janeiro de 2018

A partir de 01 de janeiro de 2018, a Companhia passou a adotar os prununciamentos IFRS 9 e IFRS 15, que geraram como principal impacto a reclassificação de natureza de instrumentos financeiros de empréstimos e recebíveis para custo amortizado ou valor justo por meio do resultado, como pode ser observado na nota explicativa 23.

3.2 Principais alterações nas normas contábeis – vigentes a partir 01 de janeiro de 2019

Os prununciamentos a seguir foram emitidos pelo IASB e serão obrigatórios para exercícios contábeis subsequentes, sem a adoção antecipada por parte da Companhia. A adoção ocorrerá com o início da vigência do prununciamento. A Administração está avaliando os possíveis impactos destes prununciamentos nas suas informações contábeis:

IFRS 16 Leases (CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil)

O IASB emitiu a norma IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamentos), substituindo o IAS 17 – Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases –Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease.

Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração da Companhia, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Caixa	95	72	156	159
Bancos conta movimento	19	825	1.034	1.507
Aplicações financeiras (i)	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>1</u>
	<u>116</u>	<u>898</u>	<u>1.192</u>	<u>1.667</u>

- (i) As aplicações financeiras são remuneradas em média 98% do CDI (taxas de juros Certificados de Depósitos Interbancários). As aplicações são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remuneradas entre 98% a 100% do CDI (taxas de juros Certificados de Depósitos Interbancários), classificadas no ativo circulante porque estão vinculadas a operações de empréstimos e financiamentos e contrato de energia, ambos com vencimento no curto prazo.

6 CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Clientes no país	81.144	100.729	85.743	104.801
Clientes no exterior	9.505	11.004	9.505	11.004
Valores a receber de partes relacionadas (i)	42.135	31.769	-	-
Créditos Eletrobrás a receber	-	2.500	-	2.500
Outras contas a receber	-	384	-	384
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.188)	(3.847)	(4.262)	(3.900)
(-) Ajuste a valor presente	<u>(855)</u>	<u>(920)</u>	<u>(855)</u>	<u>(920)</u>
	<u>127.741</u>	<u>141.619</u>	<u>90.131</u>	<u>113.869</u>
Circulante	126.737	137.731	89.127	109.981
Não Circulante	<u>1.004</u>	<u>3.888</u>	<u>1.004</u>	<u>3.888</u>

- (i) A Companhia apresenta os montantes a receber de parte relacionada dentro do grupo de "clientes", que está detalhado por empresa na nota explicativa 9.

A composição do saldo de contas a receber de clientes, no país e no exterior, por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
A vencer	72.648	97.448	77.007	101.310
Vencidos há 30 dias	5.927	6.071	5.930	6.102
Vencidos de 31 a 60 dias	2.028	2.289	2.032	2.306
Vencidos de 61 a 90 dias	443	484	444	499
Vencidos de 91 a 180 dias	1.098	394	1.198	430
Vencidos há mais de 180 dias	<u>8.505</u>	<u>5.047</u>	<u>8.637</u>	<u>5.158</u>
	90.649	111.733	95.248	115.805
Valores a receber de partes relacionadas	42.135	31.769	-	-
Créditos Eletrobrás a receber	-	2.500	-	2.500
Outras contas a receber	-	384	-	384
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.188)	(3.847)	(4.262)	(3.900)
(-) Ajuste a valor presente	<u>(855)</u>	<u>(920)</u>	<u>(855)</u>	<u>(920)</u>
	<u>127.741</u>	<u>141.619</u>	<u>90.131</u>	<u>113.869</u>

O contas a receber de clientes da Companhia e suas controladas, líquidos da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Reais	118.236	130.628	80.626	102.878
Dólares norte – americanos	<u>9.505</u>	<u>10.991</u>	<u>9.505</u>	<u>10.991</u>
Euros	-	-	-	-
	<u>127.741</u>	<u>141.619</u>	<u>90.131</u>	<u>113.869</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(2.898)</u>	<u>(3.221)</u>
Créditos provisionados no exercício	(1.397)	(1.450)
Créditos recuperados no exercício	380	396
Créditos baixados definitivamente por perda	64	371
Créditos renegociados	<u>4</u>	<u>4</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(3.847)</u>	<u>(3.900)</u>
Créditos provisionados no exercício	(886)	(919)
Créditos recuperados no exercício	283	295
Créditos baixados definitivamente por perda (i)	36	36
Créditos renegociados	<u>226</u>	<u>226</u>
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>(4.188)</u>	<u>(4.262)</u>

A Companhia avaliou a necessidade de provisão para perdas com créditos através de análise individual dos clientes vencidos há mais de 30 dias, conjugado com o índice de perdas sobre o contas a receber e concluiu sobre a necessidade de provisão de R\$ 4.188 e R\$ 4.262 nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, respectivamente.

(i) Créditos baixados definitivamente por perda considera:

- Títulos vencidos são encaminhados à uma empresa de cobrança, onde permanecem por até 90 dias. Após o período de 180 dias, a diretoria financeira realiza a aprovação da baixa definitiva por perda.

A despesa com a constituição para as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas de vendas” na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título.

Garantias

Em 30 de setembro de 2018 a Companhia não possui duplicatas vinculadas a empréstimos e financiamentos (R\$ 6.297 em 31 de dezembro 2017).

7 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Produtos e mercadorias	45.984	22.094	48.741	25.494
Produtos em elaboração	24.035	17.087	24.035	17.087
Matérias-primas	13.565	12.514	13.565	12.514
Almoxarifado	3.172	3.182	3.172	3.182
Material de embalagem	396	141	396	141
Importação em andamento	2.894	2.717	3.610	2.861
Adiantamento a fornecedores	-	2.637	-	2.637
Provisão para perdas (i)	<u>(8.066)</u>	<u>(7.007)</u>	<u>(8.066)</u>	<u>(7.007)</u>
	<u>81.980</u>	<u>53.365</u>	<u>85.453</u>	<u>56.909</u>
	Controladora e Consolidado			
Provisão para perdas em 31 de dezembro de 2017	<u>(7.007)</u>			
Constituição de Provisão	(1.059)			
Provisão para perdas em 30 de setembro de 2018	<u>(8.066)</u>			

(i) A provisão para perda em estoques considera:

- estoques de produtos de coleções sem movimentação acima de 180 dias em que há baixa expectativa de realização e/ou realização com margem negativa; e
- matéria-prima sem movimentação há mais de 90 dias, onde leva-se em consideração o histórico de perda. A constituição de provisão para perdas dos estoques foi registrada na rubrica “custo dos produtos vendidos” na demonstração do resultado.

Garantias

Em 30 de setembro de 2018 a Companhia não possuía estoques vinculados a empréstimos e financiamentos (R\$ 812 em 31 de dezembro de 2017).

8 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
PIS/COFINS (i)	(425)	1.327	(312)	1.553
Imposto de renda e contribuição social (ii)	487	401	1.105	1.395
IPI	345	267	345	267
ICMS	2.545	1.586	2.800	1.909
INSS	159	159	160	159
Outros tributos a recuperar	<u>56</u>	<u>269</u>	<u>60</u>	<u>269</u>
	<u>3.167</u>	<u>4.009</u>	<u>4.158</u>	<u>5.552</u>
Circulante	2.739	3.599	3.702	5.101
Não circulante	428	410	456	451

- (i) A Lei nº 11.941/2009, também conhecida como REFIS da Crise, instituiu a possibilidade de parcelamento de débitos federais vencidos até 30 de novembro de 2008. Contudo a Lei nº 12.996/2014, que decorre da conversão em Lei da MP 638/2014 e, alterada pela MP 651/2014 estabeleceu a reabertura, até o dia 25 de agosto de 2014, para adesão ao parcelamento com a inclusão de débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013. A Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária (PRT) e, por conta dessa adesão desfez a contabilização dos valores pagos de parcelamentos anteriores, permanecendo o saldo líquido da dívida em contas passivas específicas do programa. No dia 30 de agosto de 2017 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária, conforme mencionado na nota explicativa 17.
- (ii) Os créditos referentes a Imposto de Renda e Contribuição Social são oriundos de valores retidos na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de imposto de períodos anteriores, e estão atualizados até a data do balanço com base na variação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – “Selic”.

9 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga, na forma de pró-labore, por serviços está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	01/07/2018 à 30/09/2018	01/07/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/07/2017 à 30/09/2017
Honorários da diretoria	695	2.069	595	1.992
Conselho de administração	<u>289</u>	<u>860</u>	<u>281</u>	<u>842</u>
Total	<u>984</u>	<u>2.929</u>	<u>876</u>	<u>2.834</u>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

Em 05 de dezembro de 2014, a Companhia aprovou um único plano de Opção de Compras de Ações para os seus Administradores, o qual está detalhado na nota 24.

b. Participação dos administradores

O Estatuto Social da Companhia prevê que do resultado apurado em cada exercício, após deduzidos eventuais prejuízos acumulados e efetuada a provisão para imposto de renda, será destinada uma quantia de até 10% para gratificações para os administradores não podendo ultrapassar o total das remunerações anuais atribuídas aos mesmos. Tal participação será provisionada no resultado do exercício e classificada como despesas gerais e administrativas, caso a Companhia apresente resultados positivos.

c. Transações e saldos – Controladora

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	Encargos anuais	Prazos médios, datas e vencimentos
Ativo circulante				
<u>Valores a receber de partes relacionadas</u> <u>(Nota 6)</u>				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	(3)	10	Sem encargos	Indeterminado
Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	315	314	Sem encargos	Indeterminado
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	<u>41.823</u>	<u>31.445</u>	Sem encargos	Indeterminado
	<u>42.135</u>	<u>31.769</u>		
Ativo não circulante				
<u>Valores a receber de partes relacionadas</u>				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	1.725	1.535	TIR + CDI	Indeterminado
Trucasa Comercial Ltda.	-	393	Sem encargos	Indeterminado
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	<u>5.417</u>	<u>7.788</u>	Sem encargos	Indeterminado
	<u>7.142</u>	<u>9.716</u>		
Passivo circulante				
<u>Valores a pagar a partes relacionadas</u>				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	(24.268)	(24.268)	Sem encargos	Indeterminado
Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	(1.989)	(1.911)	CDI	Indeterminado
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	<u>(557)</u>	<u>(192)</u>	Sem encargos	Indeterminado
	<u>(26.814)</u>	<u>(26.371)</u>		
Passivo não circulante				
<u>Valores a pagar a partes relacionadas</u>				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	(10.006)	(10.006)	Sem encargos	Indeterminado
	<u>(10.006)</u>	<u>(10.006)</u>		
Classificado como:	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>		
Fornecedores (Nota 13)	(25.134)	(24.769)		
Débito com controladas	<u>(1.680)</u>	<u>(1.602)</u>		
	<u>(26.814)</u>	<u>(26.371)</u>		

As transações com efeito no resultado estão demonstradas a seguir:

	Vendas			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Karsten Comércio e Têxtil Ltda.	<u>5.201</u> <u>5.201</u>	<u>12.267</u> <u>12.267</u>	<u>3.802</u> <u>3.802</u>	<u>10.097</u> <u>10.097</u>

	Resultado financeiro			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	66	191	56	163
Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	<u>(26)</u> <u>40</u>	<u>(77)</u> <u>114</u>	<u>34</u> <u>90</u>	<u>117</u> <u>280</u>

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, assim como as transações que influenciaram o resultado desses períodos, relativos a operações com partes relacionadas foram realizadas em condições específicas acordadas entre as partes.

Não são obtidas ou prestadas garantias sobre as transações acima efetuadas nas controladas integrais. As demais transações, substancialmente compras e vendas de produtos e mercadorias, são realizadas de acordo com as tabelas de preços vigentes à época.

A controladora não prestou avais ou fianças em nome de suas controladas.

10 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO DE INVESTIDAS

a. Movimentação dos investimentos

	Investimentos			Passivo a descoberto		
	Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda.	Total investimento	Trucasa Comercial Ltda.	Karsten Comércio Têxtil Ltda.	Total passivo a descoberto
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>17.781</u>	<u>1.520</u>	<u>19.301</u>	<u>(1.121)</u>	<u>(12.770)</u>	<u>(13.891)</u>
Equivalência patrimonial em controladas	(353)	(112)	(465)	(9)	(5.511)	(5.520)
Aumento de Capitas	-	-	-	394	-	394
Margem de lucro nos estoques	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.008</u>	<u>1.008</u>
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>17.428</u>	<u>1.408</u>	<u>18.836</u>	<u>(736)</u>	<u>(17.273)</u>	<u>(18.009)</u>

b. Informações sobre as investidas em 30 de setembro de 2018:

	Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	Karsten Comércio Têxtil Ltda.	Trucasa Comercial Ltda.
Resultado do exercício	(353)	(112)	(5.511)	(9)
Patrimônio líquido				
Capital	68.973	15.206	639	2.977
Reservas de lucro	3.250	-	-	-
(Prejuízos) lucros acumulados	(54.442)	(13.686)	(10.798)	(3.704)
Lucro não realizado nos estoques	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.603)</u>	<u>-</u>
Total do patrimônio líquido	<u>17.428</u>	<u>1.408</u>	<u>(17.273)</u>	<u>(736)</u>
Quotas	68.973	15.206	639	2.977
Participação no capital social	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%

c. Outras informações relevantes sobre os investimentos:

- (i) Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda. e Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2015, os conselheiros aprovaram a transferência das operações das controladas Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda. e Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda. localizadas na cidade de Maracanaú no estado do Ceará para a controladora Karsten S.A. na cidade de Blumenau em Santa Catarina. A produção das linhas de cama Trussardi foi retomada a partir do mês de julho de 2015.

- (ii) Karsten Comércio Têxtil Ltda.

Dedicada ao ramo de serviços de licenciamento de franquias da marca Trussardi, comercialização de produtos e ainda prestação de serviço de administração financeira. Em 2015 foram inauguradas três novas lojas em São José (SC), Balneário Camboriú (SC) e Curitiba (PR), em 2016, foi inaugurada a loja de Porto Alegre (RS) e São Paulo (SP), em 2017 foi inaugurada uma loja em Porto Belo (SC). Por decisão estratégica, em 2018 a Companhia decidiu encerrar a loja de São Paulo, para posterior análise de mercado. Em setembro de 2018 foi inaugurada a loja de Florianópolis (SC) e outra loja está prevista para inauguração ainda em 2018. Desta forma, a Companhia pretende ampliar cada vez mais a disponibilidade dos produtos ao consumidor final.

a. Movimentação

	Controladora						Total
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento	
Taxas de depreciação (%)		2,55	6,71	15,83	16,58		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>45.379</u>	<u>26.389</u>	<u>36.961</u>	<u>3.776</u>	<u>222</u>	<u>4.050</u>	<u>116.777</u>
Adições (i)	6	68	4.602	1.284	150	1.831	7.941
Transferências	90	1.846	1.741	26	-	(3.703)	-
Baixas	-	(1)	(75)	(25)	-	-	(101)
Impairment (Reversão)	-	-	26	13	-	-	39
Depreciação	<u>-</u>	<u>(1.196)</u>	<u>(4.480)</u>	<u>(1.364)</u>	<u>(75)</u>	<u>-</u>	<u>(7.115)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>45.475</u>	<u>27.106</u>	<u>38.775</u>	<u>3.710</u>	<u>297</u>	<u>2.178</u>	<u>117.541</u>
Adições (ii)	1.207	-	2.455	726	137	3.334	7.859
Transferência	15	378	253	319	(3)	(962)	-
Baixas	(893)		(4)	(44)	(28)		(969)
Depreciação	<u>-</u>	<u>(942)</u>	<u>(3.428)</u>	<u>(996)</u>	<u>(60)</u>	<u>-</u>	<u>(5.426)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2018	<u>45.804</u>	<u>26.542</u>	<u>38.051</u>	<u>3.715</u>	<u>343</u>	<u>4.550</u>	<u>119.005</u>

- (i) Em 2017 foi investido o montante de R\$ 6.343 em máquinas e equipamentos para melhoria do processo produtivo dos setores de fiação, tecelagem e confecção.
- (ii) Em 2018 foi investido o montante de R\$ 2.708 em máquinas e equipamentos para melhoria do processo produtivo dos setores de fiação, tecelagem e estamparia.

	Consolidado						Total
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento	
Taxa de depreciação (%)		3,19	6,71	16,74	16,58		
SalDOS em 31 de dezembro de 2016	45.379	27.953	36.833	5.312	221	4.051	119.749
Adições	6	232	4.602	1.291	150	1.830	8.111
Transferência	90	1.819	1.741	53	-	(3.703)	-
Baixas	-	(522)	(76)	(107)	-	-	(705)
Impairment (Reversão)	-	450	26	13	-	-	489
Depreciação	<u>-</u>	<u>(1.516)</u>	<u>(4.480)</u>	<u>(1.824)</u>	<u>(75)</u>	<u>-</u>	<u>(7.895)</u>
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	<u>45.475</u>	<u>28.416</u>	<u>38.646</u>	<u>4.738</u>	<u>296</u>	<u>2.178</u>	<u>119.749</u>
Adições	1.207	156	2.455	1.356	137	3.687	8.998
Transferência	15	88	383	478	(2)	(962)	-
Baixas	(893)	(569)	(4)	(396)	(28)	-	(1.890)
Depreciação	<u>-</u>	<u>(1.162)</u>	<u>(3.429)</u>	<u>(1.312)</u>	<u>(60)</u>	<u>-</u>	<u>(5.963)</u>
SalDOS em 30 de setembro de 2018	<u>45.804</u>	<u>26.929</u>	<u>38.051</u>	<u>4.864</u>	<u>343</u>	<u>4.903</u>	<u>120.894</u>

b. Recuperabilidade (*impairment*) do ativo imobilizado

A movimentação referente ao impairment do ativo imobilizado está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Provisão para perdas em 31 de dezembro de 2017	(585)
Constituição de provisão	-
Provisão para perdas em 30 de setembro de 2018	<u>(585)</u>

Garantias

Em 30 de setembro de 2018 a Companhia possui bens do ativo imobilizado registrados contabilmente no valor de R\$ 120.894 (R\$ 119.749 em 31 de dezembro de 2017), avaliados a valor de mercado no valor de R\$ 199.180 (R\$ 200.870 em 31 de dezembro de 2017), dados em garantia para operações de empréstimos, financiamentos e debêntures. O valor de mercado das garantias não faz parte do escopo de uma auditoria das informações contábeis intermediárias, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

12. INTANGÍVEL

a. Movimentação

	Controladora			
	Marcas e patentes	Software	Implantação ERP	Total
Taxa de amortização (%)		20,08		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	172	695	2.457	3.324
Adições	10.000	343	-	10.343
Transferências	-	2.457	(2.457)	-
Amortização	-	(659)	-	(659)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>10.172</u>	<u>2.836</u>	<u>-</u>	<u>13.008</u>
Adições	-	229	-	229
Amortização	-	(567)	-	(567)
Saldos em 30 de setembro de 2018	<u>10.172</u>	<u>2.498</u>	<u>-</u>	<u>12.670</u>

	Consolidado				
	Marcas e patentes	Software	Implantação ERP	Ágio (Goodwill)	Total
Taxa de amortização (%)		20,09			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	10.147	721	2.458	14	13.340
Adições	(19.500)	355	34	-	(19.111)
Baixas	-	-	(11.199)	-	(11.199)
Transferência	-	2.456	(2.456)	-	-
Impairment (Reversão)	19.500	-	11.199	-	30.699
Amortização	-	(663)	-	-	(663)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>10.147</u>	<u>2.869</u>	<u>36</u>	<u>14</u>	<u>13.066</u>
Adições	-	233	-	-	233
Baixas	-	(4)	(36)	-	(40)
Transferência	25	(25)	-	-	-
Impairment (Reversão)	-	-	-	(14)	(14)
Amortização	-	(569)	-	-	(569)
Saldos em 30 de setembro de 2018	<u>10.172</u>	<u>2.504</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.676</u>

b. Recuperabilidade (impairment) do Intangível

Anualmente ou quando houver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a Companhia realiza uma análise de recuperabilidade de ativo intangível de acordo com o CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, para determinar se há a necessidade de contabilização de provisão para perda.

Em 2017, a Companhia analisou a recuperabilidade do seu imobilizado e do intangível marcas e patentes através do método do valor em uso e as seguintes premissas foram utilizadas para a elaboração do estudo: foram definidas premissas macroeconômicas de vendas, produção, custo da empresa ou unidade de negócio que foi avaliada. A metodologia

e os cálculos foram suportados por avaliadores renomados mundialmente como Aswath Damodaran e Roger G. Ibbotson, dentre outros. As projeções de vendas, custos e despesas foram mensuradas de acordo com a vida útil residual estimada dos ativos da Companhia, sendo definido quinze anos. A taxa de desconto utilizada para trazer o fluxo de caixa a valor presente foi de 13,78% a.a.

A provisão do montante de R\$ 19.500 constituída em 31 de dezembro de 2014 sobre marcas e patentes na Karsten Nordeste, foi revertida em 04 de outubro de 2017 devido a transferência da Marca Trussardi para a Karsten S.A. Em 31 de dezembro de 2017 a controladora não identificou nenhum fato que justificasse a necessidade efetuar uma provisão para perda do Intangível (*impairment*).

Em virtude da baixa utilização do ERP atual, a Administração decidiu pela descontinuidade do projeto e, em 2014, constituiu provisão no montante de R\$ 14.270. A Companhia adquiriu outro ERP e migrou para o novo sistema em 1 de janeiro de 2017, onde reverteu a provisão feita anteriormente.

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Fornecedores no país	28.492	23.105	29.604	23.509
Fornecedores no exterior	3.345	3.263	3.345	3.263
Valores a pagar de partes relacionadas	25.134	24.769	-	-
(-) Ajuste a valor presente	<u>(227)</u>	<u>(309)</u>	<u>(227)</u>	<u>(309)</u>
	<u>56.744</u>	<u>50.828</u>	<u>32.722</u>	<u>26.463</u>
Circulante	55.446	49.207	31.424	24.842
Não circulante	1.298	1.621	1.298	1.621

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a. Composição de saldo

		Controladora		Consolidado	
Encargos anuais (%)		30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Moeda nacional					
Debêntures	CDI + 4,5% a.a.	458.457	387.117	458.457	387.117
FINEP	4% a.a.	2.193	2.983	2.193	2.983
BNDES FIXO	4,5% a 8% a.a.	148	221	148	221
BNDES TJLP	TJLP + 7% a.a.	27	41	27	41
Capital de giro	12% a 20% a.a.	2.396	4.722	2.396	4.722
EGF	12,75% a.a.	=	<u>5.244</u>	<u>-</u>	<u>5.244</u>
		<u>463.221</u>	<u>400.328</u>	<u>463.221</u>	<u>400.328</u>
Circulante		460.705	396.088	460.705	396.088
Não circulante		2.516	4.240	2.516	4.240

O montante a longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
2019	533	2.257	533	2.257
2020	<u>1.983</u>	<u>1.983</u>	<u>1.983</u>	<u>1.983</u>
	<u>2.516</u>	<u>4.240</u>	<u>2.516</u>	<u>4.240</u>

Resumo dos empréstimos por moeda de origem:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Reais - R\$	463.221	400.328	463.221	400.328
	<u>463.221</u>	<u>400.328</u>	<u>463.221</u>	<u>400.328</u>

Movimentação dos empréstimos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	400.328	400.328
Juros	72.020	72.020
Pagamento de principal	(8.145)	(8.145)
Pagamento de juros	<u>(982)</u>	<u>(982)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>463.221</u>	<u>463.221</u>

Debêntures

Em 22 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 1ª emissão de 158 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, no valor total de R\$ 158.501, destinadas exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e legislação aplicável, as quais foram distribuídas em regime de garantia firme.

As debêntures têm prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses, contados da sua emissão, observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado facultativo e de amortizações extraordinárias facultativas. O vencimento final de ambas as séries, ocorreu no dia 10 de janeiro de 2017, porém não foram pagas. As debêntures têm carência de 15 meses contados da data de emissão para início da amortização de principal e a remuneração incidente sobre elas será paga trimestralmente, a partir da data de emissão, sendo seu valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais). O custo desse instrumento foi firmado em CDI + 4,5% ao ano.

As debêntures foram emitidas em duas séries conforme a seguir:

- (i) 1ª série: até R\$ 139.040;
- (ii) 2ª série: até R\$ 19.461.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das debêntures foram utilizados para (i) alongamento do perfil de dívida da Companhia e de suas sociedades controladas; e (ii) reforço do seu capital de giro.

Em 16 de dezembro de 2013, a Assembleia Geral dos Debenturistas aprovou as seguintes alterações nas condições originais de emissão das debêntures:

- redução da taxa de juros da operação de 4,5% a.a para 3% a.a para o período outubro de 2013 a janeiro de 2015;
- carência para o pagamento do principal até janeiro de 2015; e
- carência para pagamento dos juros até outubro de 2014.

Em 13 de março de 2014, em Assembleia Geral dos Debenturistas, os debenturistas aprovaram:

- ratificação de “*waiver*” (consentimento) referente ao não cumprimento dos “*covenants*” (índices financeiros); e
- autorização para a venda e liberação do imóvel denominado ETE (estação de tratamento de efluentes) dado em garantia das debêntures.

Em 04 de abril de 2014, em Assembleia Geral dos Debenturistas, os debenturistas aprovaram:

- estabelecimento de novo índice financeiro, em complemento àqueles constantes da alínea (y) do item 4.13.1 da Escritura de Emissão, representando a obrigação da emissora de que o endividamento máximo seja de R\$ 356.860 em setembro de 2014;
- autorização para que a emissora utilize os recursos da venda da ETE para reforço do capital de giro; e
- autorização para alienação das fazendas de propriedade da emissora e utilização dos recursos para amortização de dívidas mais onerosas para a emissora.

Em 29 de setembro de 2014 houve a entrada de novos acionistas ocorrendo alteração do controle societário da Companhia. Foram retomadas as negociações junto aos credores das debêntures com o objetivo de alterar o cronograma de amortização de forma a adequar o pagamento da operação à previsão de geração de caixa da Companhia. Essa adequação levou em consideração as necessidades de investimentos para os próximos anos necessários para retomar resultados positivos e diminuição da alavancagem financeira.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não atingiu os índices financeiros constantes da alínea (y) do item 4.13.1 da Escritura de Emissão, desta forma não cumprindo os “*covenants*” previstos. Consequentemente, a Companhia reclassificou para o passivo circulante o saldo das debêntures registrados no passivo não circulante no montante de R\$ 70.533. A partir de 01 de janeiro de 2015, devido a dificuldade de geração de caixa, a Companhia optou em descontinuar com os pagamentos das debêntures. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia também não atingiu os índices financeiros e o “*waiver*” (consentimento) não havia sido emitido. Com o objetivo de adequar o pagamento das debêntures à previsão de geração de caixa da Companhia, em 2016, conforme mencionado na nota 1, a Companhia retomou o processo de interlocução iniciado em setembro de 2014 junto aos credores das debêntures.

Em 09 de maio de 2016 foi ajuizada execução da 1ª Emissão Pública de Debêntures, que tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo sob número 1046522-06.2016.8.26.0100, sendo que a Companhia foi devidamente citada em 08 de agosto de 2016. Nesta ação foram nomeados à penhora os mesmos bens imóveis dados em garantia ao título originário. Por entender que os bens indicados a penhora não são suficientes para garantir a execução, o agente fiduciário se manifestou requerendo reforço de penhora de mais um bem imóvel

juntamente com um crédito decorrente de uma ação de cumprimento de sentença em trâmite a favor da Companhia.

Em 01 de dezembro de 2016 o juiz determinou a avaliação, pelo oficial de justiça, dos bens que garantiam a escritura originária. A Companhia interpôs recurso requerendo a conexão entre a execução e a ação cautelar com a consequente suspensão, dos atos executórios até que se julgue em definitivo a ação anteriormente proposta pela devedora, este recurso foi julgado improcedente e a Companhia interpôs embargos de declaração que, por sua vez, também foi indeferido. Agora a Companhia aguarda o julgamento de seu Recurso Especial.

O Tribunal de Justiça ainda decidiu a favor do credor, determinando a penhora no rosto dos autos e, expedição de auto de reforço de penhora do imóvel adicional. Desta decisão a Companhia interpôs mais um agravo de instrumento, alegando que as penhoras não deveriam ter sido deferidas antes de qualquer avaliação, sendo que o recurso foi provido para determinar que se afaste o reforço de penhora requerido. O credor interpôs embargos de declaração, o qual foi indeferido, afastando então assim o reforço de penhora.

Atualmente se discute na execução da primeira emissão de Debêntures os valores de avaliação dos imóveis nomeados à penhora.

Em 09 de agosto de 2017 a Companhia foi citada na execução que tem por objeto a segunda série de emissão de debêntures, na qual foi deferido arresto antes mesmo da citação da Companhia. Desta decisão, a Companhia agravou e, após isto, ocorreu a citação.

Foi lavrado Termo de Penhora em 15 de agosto de 2017 de um imóvel da Companhia que foi mais do que suficiente para garantir a execução que trata da segunda execução de Debêntures, no entanto, mesmo assim, o Credor requereu o bloqueio judicial das contas bancárias, o qual foi deferido e formalizado em fevereiro de 2018. Atualmente, houve a transferência dos valores bloqueados para conta judicial.

Em 11 de julho de 2018, foi publicada decisão determinando o levantamento dos valores bloqueados, a Companhia já está tomando as medidas necessárias para o recebimento dos valores em questão.

b. Cláusulas restritivas

As debêntures mencionadas anteriormente possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Os referidos índices são os seguintes:

- relação entre dívida líquida e EBITDA (refere-se à sigla em inglês para “Lucro antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda, depreciação e amortização/exaustão”) igual ou inferior a 4,0 vezes para todos os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2014;
- relação entre EBITDA e despesa financeira líquida maior ou igual a 1,7 vezes para todos os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2014;

- relação entre ativo circulante e passivo circulante igual ou superior a 1,2 vezes para todos os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2014.

Conforme informado anteriormente a Companhia não atingiu os índices financeiros de “covenants” em 31 de dezembro de 2014 e por este motivo, a dívida foi reclassificada para o passivo circulante. Em 30 de setembro de 2018 esse *status* não se alterou.

Os demais contratos de empréstimos firmados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas.

Garantias

Em 30 de setembro de 2018 o valor de mercado das garantias de hipotecas de imóveis, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos oferecidos em garantia de operações financeiras representava R\$ 199.180 (R\$ 207.979 em 31 de dezembro de 2017). O valor de mercado das garantias não faz parte do escopo de uma auditoria das informações contábeis intermediárias, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

15. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a. Composição das provisões e dos depósitos judiciais

	Controladora			
	30/09/2018		31/12/2017	
	Depósito judicial	Provisão para contencioso	Depósito judicial	Provisão para contencioso
Trabalhistas e previdenciárias	213	1.145	222	1.403
Cíveis	551	432	331	412
Fiscais	<u>738</u>	<u>16.249</u>	<u>17</u>	<u>15.893</u>
	<u>1.502</u>	<u>17.826</u>	<u>570</u>	<u>17.708</u>

	Consolidado			
	30/09/2018		31/12/2017	
	Depósito judicial	Provisão para contencioso	Depósito judicial	Provisão para contencioso
Trabalhistas e previdenciárias	214	1.159	246	1.403
Cíveis	582	433	331	412
Fiscais	<u>737</u>	<u>16.283</u>	<u>17</u>	<u>15.927</u>
	<u>1.533</u>	<u>17.875</u>	<u>594</u>	<u>17.742</u>

b. Movimentação

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	17.708	17.742
Pagamento de processos	(238)	(238)
Mudança de estimativa nos processos em aberto	<u>356</u>	<u>371</u>
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>17.826</u>	<u>17.875</u>

c. Natureza

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros em andamento, os quais estão sendo discutidos na esfera administrativa e/ou judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Os processos com risco de perda provável são estimados e provisionados pela administração amparadas pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

- Fiscais - referem-se ao Pedido de Ressarcimento de Crédito Presumido de IPI - Período de 1998 a 2003, Pedido de Ressarcimento de COFINS Não-Cumulativo 3º Trimestre de 2004 e Pedido de Ressarcimento de PIS/Pasep Não-Cumulativo relativo as Exportações realizadas no 3º Trimestre de 2004;
- Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões;
- Ações cíveis - as principais ações se referem a processos de clientes e outras que são processadas na justiça comum.

d. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza fiscal, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração e pelos seus assessores jurídicos como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme abaixo:

- Fiscais: R\$ 134.841 (R\$ 127.262 em 31 de dezembro de 2017), composto por 37 processos. As principais ações referem-se a Auto de Infração, que exige o pagamento de multa isolada em razão da compensação de direitos creditórios existentes em DCTF (CPRB) TRI.00094 no valor de R\$ 60.338; Ação em que se discute o ressarcimento de IPI, créditos básicos do 3º Trimestre de 2011 TRI.00055 no valor de R\$ 14.784; Auto de Infração sobre PIS e COFINS da competência janeiro/2012 a 12/2013 referente aos Créditos Extemporâneos TRI.00072 no valor de R\$ 13.876; Notificação Fiscal de Contribuições Previdenciárias no ano de 2008 TRI.00084 no valor de R\$ 9.296; TRI.00056 no valor de R\$ 6.587; Execução Fiscal sobre Contribuição para financiamento de aposentadorias especiais, do período de 04/1999 a 08/2003 TRI.00093 no valor de R\$ 5.091; Auto de Infração sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre o Mútuo no ano de 2006 TRI.00089 no valor de R\$ 4.625; TRI.00057 no valor de R\$ 3.287; Auto de Infração, IRPJ e CSLL dos períodos de 2011 e 2012 em virtude de glosa de despesas financeiras, reconhecimento de IOF em operações de mútuo como despesa dedutível, suposto ganho de capital com alienação de imóvel e créditos de processo ativo considerado como receita tributável no valor de R\$ 1.959; Auto de Infração sobre IRPJ e CSLL em relação ao ano base 2010, sobre benefício fiscal (subvenção) recebido no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará TRI.00061 no valor de R\$ 1.444; Auto de Infração no ano de 2008 de multa por falta de informações na entrega da GFIPS TRI.00090 no valor de R\$ 1.184 e glosa na declaração de PIS e COFINS no ano de 2006 TRI.00091 no valor de R\$ 1.087; Auto de infração sobre PIS e COFINS TRI.00101 referente utilização de créditos extemporaneamente sem retificação dos respectivos Dacon, referente tratamento de resíduos industriais e de não incluído da base de cálculo do PIS e COFINS créditos presumidos de ICMS R\$ 7.372;
- Trabalhistas: R\$ 3.574 (R\$ 722 em 31 de dezembro de 2017), composto por 57 processos. Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões;
- Cíveis: R\$ 29.618 (R\$ 29.573 em 31 de dezembro de 2017), composto por 11 processos. O principal processo trata-se de Execução da 2ª Emissão de Debêntures datada de 20/01/2012 referente a quantia de R\$ 29.174 CIV.00024; As demais contingências referem-se a processos de clientes e outras que são processadas na justiça comum.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Apuração dos tributos do exercício com efeito no resultado

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Prejuízo contábil antes dos impostos	(47.928)	(44.454)	(47.928)	(46.888)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
	16.296	15.114	16.296	15.942
Adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	(1.692)	(1.095)	-	-
Despesas indedutíveis	<u>(343)</u>	<u>(1.854)</u>	<u>(412)</u>	<u>(2.482)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(14.261)</u>	<u>12.165</u>	<u>15.884</u>	<u>(13.460)</u>
Parcela não reconhecida de prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(14.273)	37.841	(15.896)	38.981
Imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado	12	50.006	12	52.441
Corrente	-	-	-	-
Diferido	<u>12</u>	<u>50.006</u>	<u>12</u>	<u>52.441</u>
	<u>12</u>	<u>50.006</u>	<u>12</u>	<u>52.441</u>

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possui R\$ 168.790 (R\$ 110.917 em 31 de dezembro de 2017) de prejuízo fiscal e R\$ 170.747 (R\$ 112.874 em 31 de dezembro de 2017) de base negativa de contribuição social que podem ser utilizados para compensar até 30% do lucro tributável anual futuro, por prazo indeterminado. Estes valores de prejuízo fiscal e base negativa são os saldos após a utilização do valor descrito na nota 17.

Conforme mencionado na nota 1, nos últimos exercícios a Companhia apresentou prejuízos contábeis e fiscais. Devido à falta de um histórico consistente e em face das expectativas atuais da Sociedade sobre a sua possibilidade de geração futura de lucro tributável, não foram atendidas as condições necessárias, para constituição de imposto de renda diferido ativo sobre os referidos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social não possuem prazo de prescrição e são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro tributável do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

- (i) Em 30 de março de 2017, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária, onde desistiu de parcelamentos anteriores, refinanciou parte do passivo tributário e incluiu novos débitos com vencimento até 30 de novembro de 2016 nos termos da Medida Provisória. Na composição da dívida a companhia utilizou parte da base de cálculo do prejuízo fiscal no montante de R\$ 115.909 e parte da base de cálculo negativa

da CSLL no montante de R\$ 115.909. No dia 30 de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária, incluindo novos débitos que por força da Medida Provisória não puderam ser incluídos no PRT, conforme mencionado na nota explicativa 17.

b. Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2017	Baixas	30/09/2018
Passivo			
Custo atribuído	(36.908)	(894)	(36.014)
Depreciação vida útil	<u>(23.780)</u>	<u>(23.780)</u>	=
	(60.688)	(24.674)	(36.014)
Alíquota nominal - %		<u>34%</u>	<u>34%</u> <u>34%</u>
Total	<u>(20.634)</u>	<u>(8.389)</u>	<u>(12.245)</u>

17. IMPOSTOS E OBRIGAÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
PIS/COFINS – Parcelamento PRT (i)	2.803	7.422	2.803	7.422
PIS/COFINS	2.337	1.175	2.337	1.175
PIS/COFINS - Faturados e Não Entregue	(3.278)	(325)	(3.278)	(325)
INSS – Parcelamento PRT (i)	109	363	109	363
ICMS	1.260	1.139	1.449	1.188
ICMS - Faturados e Não Entregue	(1.063)	(106)	(1.063)	(106)
ICMS – Parcelamento	192	1.008	192	1.008
Outros	<u>526</u>	<u>875</u>	<u>551</u>	<u>918</u>
	<u>2.886</u>	<u>11.551</u>	<u>3.100</u>	<u>11.643</u>
Circulante	2.886	10.439	3.100	10.531
Não circulante	-	1.112	-	1.112

- (i) Em 04 de janeiro de 2017, foi instituído o Programa de Regularização Tributária (PRT) junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, através da MP 766/2017, que possibilitou aos contribuintes parcelarem débitos federais vencidos até 30 de novembro de 2016.

Para optar pelo Programa de Regularização Tributária (PRT), a Companhia desistiu dos parcelamentos vigentes, tendo como premissa básica o fato de que os débitos confessados à título de PIS e COFINS em DCTF, não foram objeto de qualquer alteração, nem para diminuir, nem para aumentar os débitos e tendo a possibilidade para a realização de retificações da DCTF, promoveu novamente a “desvinculação” dos DARF’s originalmente vinculados aos débitos declarados e cancelou as declarações de compensações feitas até a adesão do novo programa. Com isso, a Companhia entendeu que tornou-se devedora de débitos já declarados anteriormente a título de PIS e COFINS entre as competências de setembro de 2014 a outubro de 2016 e a título de CPRB entre as competências de outubro de 2014 a outubro de 2016. A Companhia incluiu também no PRT, débitos de IOF entre as competências de dezembro de 2013 a abril de 2017 e a título de INSS entre as competências de março de 2014 a janeiro de 2016. Ao montante dos débitos foram acrescidos juros “Selic” e multas de mora, que perfizeram na data da opção um total de débitos de R\$ 51.824.

Do montante dos débitos acima mencionados, a Companhia utilizou a compensação de 76% de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL no montante de R\$ 39.409. O saldo líquido da dívida, totalizou o montante de R\$ 12.445 a serem parcelados em 24 parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento em 31 de março de 2017 e a última, com vencimento para 28 de fevereiro de 2019.

A Administração com o suporte dos seus assessores externos, entende que possui argumentos válidos para ser considerada apta a adesão ao Programa de Regularização Tributária (PRT) e por conta desse forte argumento legal, desfez a contabilização de tributos ativos e passivos de parcelamentos anteriores, registrando o saldo do encontro de contas desses antigos parcelamentos versus o novo parcelamento, em rubricas específicas na Contabilidade. Os débitos dos tributos que por força da MP 766/17 não puderam ser inclusos no Programa de Regularização Tributária (PRT), voltaram para as contas correntes tributárias a recolher e totalizaram em R\$ 8.733 de principal e R\$ 10.666 atualizados até a opção do novo programa.

Com o advento do novo programa de parcelamento “MP 783”, a Companhia desistiu de parcelamentos Ordinários de PIS e COFINS e aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), incluindo o total de débitos restantes permitidos pela devida Medida Provisória. Os débitos tributários que foram objeto da adesão ao PERT, são PIS e COFINS das competências de novembro de 2016 a março de 2017 e débito de INSS (GFIP) de novembro de 2017. Ao montante dos débitos foram acrescidos juros “Selic” e multas de mora, que perfizeram na data da opção o total de débitos atualizados em R\$ 10.823.

Do montante dos débitos acima mencionados, a Companhia beneficiou-se da redução de 90% dos juros “Selic” e de 50% da multa de mora, que foram reconhecidos no resultado no montante de R\$ 1.213 e após esses abatimentos da dívida, a Companhia efetuou a compensação de 84% de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL no montante de R\$ 9.014. O saldo líquido da dívida, totalizou o montante de R\$ 596 a serem parcelados em 5 parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento para 31 de agosto de 2017 e a última, com vencimento para 31 de dezembro de 2017.

Em cumprimento da “MP 783”, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia quitou a última parcela, extinguindo o saldo da dívida com o PERT.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social no montante de R\$ 100.024 é dividido em 28.784.041 ações ordinárias e 33.269.710 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 62.053.751 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

A Companhia aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 28 de abril de 2016 o grupamento das ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal representativas do capital social da Companhia, à razão de 10 (dez) ações para 1 (uma), de forma que cada lote de 10 (dez) ações seja agrupado em 1 (uma) única ação, sem modificação do capital social, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 6.404/76. As frações de ações detidas por acionistas da Companhia resultantes deste procedimento de grupamento serão complementadas por frações de ações a serem doadas direta ou indiretamente por Kasavii Participações S.A., acionista da Karsten S.A., de forma que cada acionista da Companhia receba a fração necessária para garantir a propriedade do próximo número inteiro de ações após a aplicação do fator de grupamento.

O valor patrimonial por ação em 30 de setembro de 2018 é de R\$ (41,19) (R\$ (33,55) em 31 de dezembro 2017).

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal não apresenta saldo por ter sido integralmente utilizada para compensar prejuízos acumulados.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2010, a Companhia e suas controladas, efetuaram a avaliação dos seus terrenos pelo custo atribuído. Os bens avaliados que receberam o custo atribuído foram aqueles adquiridos até 31 de dezembro de 2008. A diferença entre o valor contábil e o valor da avaliação foram registrados na rubrica contábil “ajuste a avaliação patrimonial” líquido dos efeitos dos impostos.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Receita bruta de vendas e serviços				
Mercado interno	96.815	249.689	78.331	233.817
Mercado externo	9.200	24.817	5.714	22.702
Prestação de serviços	34	130	27	27
Venda de subprodutos	867	2.244	526	910
(-) Ajuste a valor presente	(5)	(362)	(108)	(552)
(-) Devoluções e abatimentos	<u>(6.135)</u>	<u>(18.714)</u>	<u>(4.167)</u>	<u>(13.711)</u>
Receita operacional antes dos impostos	<u>100.776</u>	<u>257.804</u>	<u>80.323</u>	<u>243.193</u>
(-) Impostos sobre vendas	<u>(16.894)</u>	<u>(43.943)</u>	<u>(13.134)</u>	<u>(40.177)</u>
Receita operacional líquida	<u>83.882</u>	<u>213.861</u>	<u>67.189</u>	<u>203.016</u>

	Consolidado			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Receita bruta de vendas e serviços				
Mercado interno	99.626	259.797	81.818	244.665
Mercado externo	9.200	24.817	5.714	22.702
Prestação de serviços	164	720	212	652
Venda de subprodutos	867	2.244	526	910
(-) Ajuste a valor presente	(6)	(363)	(108)	(552)
(-) Devoluções e abatimentos	<u>(7.205)</u>	<u>(23.594)</u>	<u>(6.164)</u>	<u>(20.625)</u>
Receita operacional antes dos impostos	<u>102.646</u>	<u>263.621</u>	<u>81.998</u>	<u>247.752</u>
(-) Impostos sobre vendas	<u>(17.562)</u>	<u>(45.887)</u>	<u>(13.667)</u>	<u>(41.633)</u>
Receita operacional líquida	<u>85.084</u>	<u>217.734</u>	<u>68.331</u>	<u>206.119</u>

20. DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	Controladora			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Depreciação e amortização (nota 11 e 12)	(1.985)	(5.993)	(1.988)	(5.783)
Despesas com pessoal	(20.938)	(59.871)	(20.284)	(61.334)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(29.747)	(74.051)	(22.100)	(68.910)
Ajustes de inventário	24	1.098	-	0
Provisão para perdas nos estoques (nota 7)	(121)	(1.059)	(352)	839
Frete e demais despesas variáveis	(2.828)	(7.002)	(2.293)	(7.111)
Comissões e indenizações a representantes	(3.841)	(9.310)	(2.219)	(7.827)
Despesas com vendas e marketing	(2.918)	(8.051)	(3.452)	(7.623)
Aluguéis e utilidades	(2.865)	(8.958)	(3.114)	(9.578)
Serviços profissionais	(4.051)	(12.516)	(5.999)	(14.044)
Outros gastos	<u>(5.771)</u>	<u>(8.580)</u>	<u>(6.592)</u>	<u>(12.878)</u>
	<u>(75.041)</u>	<u>(194.293)</u>	<u>(68.393)</u>	<u>(194.249)</u>
Classificadas como:				
Custos dos produtos vendidos	(48.677)	(121.267)	(42.356)	(124.628)
Despesas com vendas	(19.250)	(50.712)	(16.585)	(45.296)
Despesas gerais e administrativas	<u>(7.114)</u>	<u>(22.314)</u>	<u>(9.452)</u>	<u>(24.325)</u>
	<u>(75.041)</u>	<u>(194.293)</u>	<u>(68.393)</u>	<u>(194.249)</u>

	Consolidado			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Depreciação e amortização (nota 11 e 12)	(2.111)	(6.532)	(2.182)	(6.374)
Despesas com pessoal	(21.957)	(63.098)	(21.227)	(64.202)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(29.784)	(74.194)	(22.226)	(69.191)
Ajustes de inventário	24	1.098	-	0
Provisão para perdas nos estoques (nota 7)	(121)	(1.059)	(352)	839
Frete e demais despesas variáveis	(2.828)	(7.002)	(2.293)	(7.111)
Comissões e indenizações a representantes	(3.987)	(9.670)	(2.312)	(8.220)
Despesas com vendas e marketing	(3.114)	(8.911)	(3.805)	(8.586)
Aluguéis e utilidades	(3.303)	(10.200)	(3.504)	(10.851)
Serviços profissionais	(4.245)	(13.066)	(6.153)	(14.489)
Outros gastos	<u>(6.471)</u>	<u>(9.405)</u>	<u>(7.535)</u>	<u>(14.367)</u>
	<u>(77.897)</u>	<u>(202.039)</u>	<u>(71.589)</u>	<u>(202.552)</u>
Classificadas como:				
Custos dos produtos vendidos	(49.298)	(121.650)	(42.588)	(125.385)
Despesas com vendas	(21.390)	(57.738)	(18.734)	(51.660)
Despesas gerais e administrativas	<u>(7.209)</u>	<u>(22.651)</u>	<u>(10.267)</u>	<u>(25.507)</u>
	<u>(77.897)</u>	<u>(202.039)</u>	<u>(71.589)</u>	<u>(202.552)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Receitas financeiras				
Juros recebidos	357	1.216	492	991
Descontos recebidos	10	151	28	124
Variações cambiais ativas	1.580	3.365	377	1.190
Rendimentos de aplicações financeiras	28	80	68	228
Ajuste a Valor Presente	(1.413)	(2.388)	335	807
Outras Receitas Financeiras	<u>(1)</u>	<u>13</u>	<u>14</u>	<u>14</u>
	<u>561</u>	<u>2.437</u>	<u>1.314</u>	<u>3.354</u>
Despesas financeiras				
Juros e encargos	(377)	(1.354)	(620)	(4.209)
Descontos concedidos	(1)	(3)	0	-
Variações cambiais passivas	(833)	(1.828)	(760)	(1.884)
Despesas bancárias	(68)	(322)	(152)	(503)
Encargos financeiros com financiamentos	(192)	(681)	(533)	(2.793)
Encargos financeiros com debêntures	(25.412)	(71.339)	(24.562)	(65.944)
Ajuste a valor presente	960	2.747	97	(160)
Outras despesas financeiras	<u>(384)</u>	<u>(1.254)</u>	<u>(381)</u>	<u>(946)</u>
	<u>(26.307)</u>	<u>(74.034)</u>	<u>(26.911)</u>	<u>(76.439)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(25.746)</u>	<u>(71.597)</u>	<u>(25.597)</u>	<u>(73.085)</u>

	Consolidado			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Receitas financeiras				
Juros recebidos	297	1.049	465	861
Descontos recebidos	11	155	28	130
Variações cambiais ativas	1.580	3.365	377	1.190
Rendimentos de aplicações financeiras	152	560	283	608
Ajuste a valor presente	(1.413)	(2.388)	335	807
Outras Receitas Financeiras	<u>(1)</u>	<u>13</u>	<u>14</u>	<u>14</u>
	<u>626</u>	<u>2.754</u>	<u>1.502</u>	<u>3.610</u>
Despesas financeiras				
Juros e encargos	(377)	(1.426)	(667)	(4.182)
Descontos concedidos	(1)	(3)	1	1
Variações cambiais passivas	(833)	(1.828)	(760)	(1.884)
Despesas bancárias	(168)	(636)	(164)	(612)
Encargos financeiros com financiamentos	(192)	(681)	(571)	(3.179)
Encargos financeiros com debêntures	(25.412)	(71.339)	(24.562)	(65.944)
Ajuste a valor presente	960	2.747	97	(160)
Outras despesas financeiras	<u>(457)</u>	<u>(1.596)</u>	<u>(413)</u>	<u>(1.024)</u>
	<u>(26.480)</u>	<u>(74.762)</u>	<u>(27.039)</u>	<u>(76.984)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(25.854)</u>	<u>(72.008)</u>	<u>(25.537)</u>	<u>(73.374)</u>

22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Outras receitas				
Incentivos fiscais	104	239	21.388	21.420
Receita na venda de ativo imobilizado e intangível	59	104	-	42
Vendas de subprodutos	115	368	272	2.153
Receita de energia de reserva	145	287	254	865
PIS e Cofins sobre depreciação	40	221	-	34
Aluguéis recebidos	12	26	61	197
Outras receitas	<u>(83)</u>	<u>10.832</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>392</u>	<u>12.077</u>	<u>21.975</u>	<u>24.711</u>
Outras despesas				
Custo referente baixa de ativo imobilizado e intangível	(59)	(90)	(305)	(312)
Perdas e impostos sobre Vendas Diversas	(44)	(187)	(548)	(1.690)
Reversão de Verbas de Publicidade	-	-	-	779
Outras despesas	<u>2</u>	<u>(2.722)</u>	<u>(380)</u>	<u>(402)</u>
	<u>(101)</u>	<u>(2.999)</u>	<u>(1.233)</u>	<u>(1.625)</u>
Outros resultados líquidos	<u>291</u>	<u>9.078</u>	<u>20.742</u>	<u>23.086</u>

	Consolidado			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Outras receitas				
Incentivos fiscais	104	239	21.666	22.346
Receita na venda de ativo imobilizado e intangível	39	84	-	42
Vendas de subprodutos	115	368	18	1.253
Receita de energia de reserva	145	287	254	865
PIS e Cofins sobre depreciação	40	221	-	34
Aluguéis recebidos	12	26	61	197
Outras receitas	<u>(82)</u>	<u>10.835</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>373</u>	<u>12.060</u>	<u>21.999</u>	<u>24.737</u>
Outras despesas				
Custo referente baixa de ativo imobilizado e intangível	(632)	(709)	(409)	(415)
Perda do valor não recuperável intangível (nota 12)	(14)	(14)	-	-
Perdas e impostos sobre Vendas Diversas	(41)	(199)	(551)	(1.698)
Reversão de Verbas de Publicidade	-	-	-	779
Outras despesas	<u>(8)</u>	<u>(2.753)</u>	<u>(486)</u>	<u>(484)</u>
	<u>(695)</u>	<u>(3.675)</u>	<u>(1.446)</u>	<u>(1.818)</u>
Outros resultados líquidos	<u>(322)</u>	<u>8.385</u>	<u>20.553</u>	<u>22.919</u>

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento do risco financeiro

Visão geral

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco de crédito
- Risco liquidez
- Risco operacional

Essa nota apresenta (i) informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas à cada um dos riscos supramencionados; (ii) os objetivos da Companhia e suas controladas; (iii) as políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e; (iv) o gerenciamento de capital da Companhia e suas controladas. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações contábeis intermediárias.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas possuem e seguem políticas de gerenciamento de risco que orientam em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade e exposição das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou manter o nível de flexibilidade financeira.

A diretoria executiva examina e revisa informações financeiras incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de riscos.

a. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(i) *Risco cambial*

O risco associado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam os valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A Administração estabeleceu uma política que admite uma exposição cambial de até US\$ 4 milhões de dólares para mais ou para menos, considerando-se a diferença entre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira. De acordo com a política da Companhia e suas controladas são vedadas a utilização de qualquer instrumento financeiro indexado a moedas estrangeiras para outros fins que não os de proteção cambial.

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólar americano) nos montantes descritos a seguir.

Exposição cambial líquida

	Controladora e Consolidado									
	30/09/2018					31/12/2017				
	Moeda Estrangeira					Moeda Estrangeira				
	CHF	EUR	JPY	USD	Reais	CHF	EUR	JPY	USD	Reais
<u>Ativo</u>										
Caixa	-	-	-	10	40	-	-	-	13	44
Contas a receber	-	-	-	2.374	9.505	-	-	-	3.323	10.991
Importações em andamento	<u>63</u>	<u>319</u>	<u>-</u>	<u>601</u>	<u>4.149</u>	<u>56</u>	<u>297</u>	<u>-</u>	<u>736</u>	<u>3.805</u>
	<u>63</u>	<u>319</u>	<u>-</u>	<u>2.985</u>	<u>13.694</u>	<u>56</u>	<u>297</u>	<u>-</u>	<u>4.072</u>	<u>14.840</u>
<u>Passivo</u>										
Fornecedores	-	-	-	(782)	(3.133)	-	-	-	(887)	(2.933)
Comissões a pagar	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(53)</u>	<u>(212)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(100)</u>	<u>(330)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(835)</u>	<u>(3.345)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(987)</u>	<u>(3.263)</u>
Exposição líquida	<u>63</u>	<u>319</u>	<u>-</u>	<u>2.150</u>	<u>10.349</u>	<u>56</u>	<u>297</u>	<u>-</u>	<u>3.085</u>	<u>11.577</u>

(ii) *Risco com taxa de juros*

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

(iii) *Análise de sensibilidade*

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP. Em 30 de setembro de 2018 a Administração considerou como cenário provável para análise de sensibilidade a taxa de CDI de 6,39 % a.a. e TJLP de 6,56 % a.a.. Um total de empréstimos de R\$ 4.737 é corrigido por taxa fixa e por isso não está sujeito à análise de sensibilidade.

Além disso, a Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 30 de setembro de 2018 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa média projetada pelo mercado de R\$ 4,00 para Dólar e de R\$ 4,65 para Euro.

Os cenários a seguir foram estimados para o período de um ano:

	30/09/2018	Risco	Consolidado					
			Provável		25%		50%	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Taxa de Juros								
Operação								
Aplicações financeiras	6.539	Baixa do CDI	6,39	-	4,79	(105)	3,20	(209)
Empréstimos	458.457	Alta do CDI	6,39	-	7,99	7.324	9,59	14.648
Operação								
Empréstimos	26	Alta da TJLP	6,56	-	8,20	-	9,84	1
Total	465.022			-		7.428		14.858

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do Grupo de clientes.

A Política de Crédito do mercado interno segue os preceitos da Política de Crédito e Cobrança da Companhia e suas controladas. Toda a carteira de clientes ativos é gerenciada diariamente por informações internas e por um critério de classificação e de pontuação do comportamento do cliente no mercado. Conforme o grau de risco, a classificação e pontuação do cliente aumentam ou diminuem; nesta última situação o cliente é reanalisado para liberação ou bloqueio. Este procedimento é realizado para clientes com pedidos carteira e no processo produtivo. Neste caso se a classificação altera para risco muito alto, o sistema informatizado sinaliza e toda mercadoria alocada ao cliente é direcionada para outro cliente.

(i) *Contas a receber de clientes e outros créditos*

Todos os clientes possuem um limite de crédito definido conforme os critérios de alçada de limite da política de crédito. Qualquer mudança que altere o cenário de risco do cliente pode gerar uma nova reavaliação, adequando o crédito à nova situação.

Concedido o crédito, os clientes com pedidos possuem acompanhamento e atualização das informações internas e do mercado, avaliando periodicamente os níveis de riscos e se os pontos positivos avaliados anteriormente permanecem. A avaliação de riscos de crédito é feita de forma clara e objetiva observando os riscos internos e externos.

Portanto, os riscos que a Companhia e suas controladas avaliam são com evidências e fatos que tenham a previsibilidade de ocorrência e que possam ser mensurados com maior proximidade do realismo e segurança.

(ii) *Equivalentes de caixa*

A Companhia monitora ativamente as suas posições e a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

(iii) *Exposição ao risco de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	116	898	1.192	1.667
Aplicações financeiras	1.656	1.657	6.539	3.180
Contas a receber de clientes	127.741	138.735	90.131	110.985
Outras contas a receber	<u>7.537</u>	<u>10.800</u>	<u>8.793</u>	<u>10.856</u>
	<u>137.050</u>	<u>152.090</u>	<u>106.655</u>	<u>126.688</u>

(iv) *Perdas por redução ao valor recuperável de ativos*

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período.

c. Risco de liquidez

É o risco da Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e suas controladas e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia e suas controladas, cumprimento de cláusulas e das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	Controladora		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 30 de setembro de 2018			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	460.705	2.516	-
Fornecedores	55.446	1.298	-
Outras contas a pagar	<u>27.253</u>	<u>1.022</u>	<u>-</u>
	<u>543.404</u>	<u>4.836</u>	<u>=</u>
Em 31 de dezembro de 2017			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	396.088	2.257	1.983
Fornecedores	49.207	1.621	-
Outras contas a pagar	<u>30.321</u>	<u>1.021</u>	<u>-</u>
	<u>475.616</u>	<u>4.899</u>	<u>1.983</u>
	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 30 de setembro de 2018			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	460.705	2.516	-
Fornecedores	31.424	1.298	-
Outras contas a pagar	<u>29.773</u>	<u>1.022</u>	<u>-</u>
	<u>521.902</u>	<u>4.836</u>	<u>=</u>
Em 31 de dezembro de 2017			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	396.088	2.257	1.983
Fornecedores	24.842	1.621	-
Outras contas a pagar	<u>32.683</u>	<u>1.021</u>	<u>-</u>
	<u>453.613</u>	<u>4.899</u>	<u>1.983</u>

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações.

d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros, danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custo.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar os riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e suas controladas para a administração de riscos operacionais.

e. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrarem seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Total dos Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 14)	463.221	400.328	463.221	400.328
(-) caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(116)	(898)	(1.192)	(1.667)
(-) aplicações financeiras (nota 5)	<u>(1.656)</u>	<u>(1.657)</u>	<u>(6.539)</u>	<u>(3.180)</u>
Dívida líquida	<u>461.449</u>	<u>397.773</u>	<u>455.490</u>	<u>395.481</u>

Para diminuir o grau de endividamento bancário a Companhia adotou diversas ações onde destaca as principais:

- redução de custos e despesas através do orçamento matricial;
- reestruturações no modelo de negócio para alavancar receitas: Abertura de lojas com ênfase no varejo;
- redução gradual das linhas com menores margens, objetivando melhorar as margens de lucratividade.

f. Classificação dos instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- caixa e bancos - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- aplicações financeiras - são classificadas como empréstimos e recebíveis.
- contas a receber - são classificados como empréstimos e recebíveis, apresentadas pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.
- partes relacionadas - são classificados como empréstimos e recebíveis, apresentadas pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.
- empréstimos - são classificados como outros passivos financeiros, e são contabilizados inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis.

Instrumentos financeiros por categoria – Consolidado

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Ativo, conforme balanço patrimonial</u>		
Caixa e equivalentes de caixa – Custo amortizado	1.192	1.667
Aplicações financeiras – Valor justo por meio do resultado	6.539	3.180
Contas a receber – Custo amortizado	<u>90.131</u>	<u>110.985</u>
	<u>97.862</u>	<u>115.832</u>
	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Passivo, conforme o balanço patrimonial</u>		
Fornecedores – passivos financeiros ao custo amortizado	32.722	26.463
Outras contas a pagar – passivos financeiros ao custo amortizado	30.795	33.704
Empréstimos, financiamentos e debêntures – passivos financeiros ao custo amortizado	<u>463.221</u>	<u>400.328</u>
	<u>526.738</u>	<u>460.495</u>

Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de setembro de 2018 a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros derivativos em aberto.

24. PLANO DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

Em 05 de dezembro de 2014 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou um único Plano de Opção de Compra de Ações aos administradores da Companhia.

A outorga de Opções dentro do Plano Geral confere direitos sobre um número de ações de emissão da Companhia, observado o limite de 4.806.935 ações ordinárias e 5.556.976 ações preferenciais, mantida sempre a proporcionalidade atual entre as ações ordinárias e as ações preferenciais. Cada Opção de Compra outorgada permitirá ao Beneficiário o direito de subscrever uma ação da Companhia.

O preço a ser pago para a Companhia quando do exercício das Opções outorgadas será determinado de acordo com o resultado da aferição do parâmetro de desempenho a seguir descrito, a ser calculado na data do exercício da Opção: soma da ROL de 2014 até o último dia do respectivo período de aquisição do direito, dividido pelo lucro bruto apurado no mesmo intervalo de tempo. O resultado em reais apurado sofrerá um deságio de 20% e será representativo do preço a ser pago por cada lote de 10.000 ações.

As regras do Plano de Opção propõem que as Opções de Compra poderão ser exercidas total ou parcialmente no prazo e período fixado em cada Programa, contados da data de outorga do Plano. Foi fixado o seguinte prazo de carência para o exercício de Opções de Compra:

Períodos para aquisição do direito ao exercício das opções	Prazos de Carência para o exercício das opções	Percentual de opções liberado para exercício	Quantidade de dias úteis *
Primeiro Período – exercício social de 2016	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2016	31,25% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários	543
Segundo Período – exercício social de 2017	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2017	31,25% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários	792
Terceiro Período – exercício social de 2019	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2019	37,50% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários	1.296

* As Opções de Compra poderão ser exercidas em até 30 (trinta) dias contados da data da AGE em que se tornam exercíveis. Caso o Beneficiário não exerça as Opções de Compra dentro deste prazo, estas opções serão consideradas extintas, de pleno direito.

O Beneficiário deverá pagar o preço da Opção de Compra à vista, nos termos do Plano de Opção.

O valor justo médio ponderado foi determinado com base no método Black & Scholes European Style Options, considerando os seguintes fatores:

Código da ação	Tipo da ação	Prazo da opção (em dias úteis)	Quantidade de opções	Volatilidade da ação (%)	Taxa de juros livre de risco (%)	Preço da ação	Preço do exercício	Precificação da Opção	Diferença da Opção	Valor a apropriar em (R\$ mil)
CTKA 3	Ordinária	543	1.502.168	430,18%	12,73%	1,50	0,0002	1,50	1,50	2.253
CTKA 3	Ordinária	792	1.502.168	430,18%	12,55%	1,50	0,0002	1,50	1,50	2.253
CTKA 3	Ordinária	1296	1.802.599	430,18%	12,19%	1,50	0,0002	1,50	1,50	2.704
CTKA 3	Preferencial	543	1.736.556	135,26%	12,73%	0,36	0,0002	0,36	0,15	625
CTKA 3	Preferencial	792	1.736.556	135,26%	12,55%	0,36	0,0002	0,36	0,21	625
CTKA 3	Preferencial	1296	2.083.864	135,26%	12,19%	0,36	0,0002	0,36	0,29	750
			<u>10.363.911</u>							<u>9.210</u>

A reserva registrada no patrimônio líquido, acumulada desde o seu lançamento (05 de dezembro de 2014) até o exercício findo em 30 de setembro de 2018 é de R\$ 8.351.

25. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS CONSOLIDADOS

A Administração da Companhia definiu que os mercados de atuação estão segmentados em Indústria e Varejo.

	Consolidado			
	Indústria	Varejo	Segmentos consolidados nas bases do relatório gerencial	01/07/2018 á 30/09/2018
Receita líquida de vendas	81.001	4.083	85.084	85.084
Custo do produto vendido	(45.702)	(3.596)	(49.298)	(49.298)
Lucro bruto	35.299	487	35.786	35.786
Contas a receber de clientes	88.905	1.226	90.131	90.131
Contas a pagar de fornecedores	32.277	445	32.722	32.722
Imobilizado	119.250	1.644	120.894	120.894

	Indústria	Varejo	Segmentos consolidados nas bases do relatório gerencial	01/01/2018 á 30/09/2018
Receita líquida de vendas	205.708	12.026	217.734	217.734
Custo do produto vendido	(112.202)	(9.448)	(121.650)	(121.650)
Lucro bruto	93.506	2.578	96.084	96.084
Contas a receber de clientes	87.715	2.416	90.131	90.131
Contas a pagar de fornecedores	31.845	877	32.722	32.722
Imobilizado	117.654	3.240	120.894	120.894

	Consolidado			
	Indústria	Varejo	Segmentos consolidados nas bases do relatório gerencial	01/07/2017 à 30/09/2017
Receita líquida de vendas	64.687	3.644	68.331	68.331
Custo do produto vendido	(39.683)	(2.905)	(42.588)	(42.588)
Lucro bruto	25.004	739	25.743	25.743
Contas a receber de clientes	74.359	2.195	76.554	76.554
Contas a pagar de fornecedores	26.284	776	27.060	27.060
Imobilizado	116.625	3.442	120.067	120.067

	Indústria	Varejo	Segmentos consolidados nas bases do relatório gerencial	01/01/2017 à 30/09/2017
Receita líquida de vendas	195.614	10.505	206.119	206.119
Custo do produto vendido	(117.130)	(8.255)	(125.385)	(125.385)
Lucro bruto	78.484	2.250	80.734	80.734
Contas a receber de clientes	74.422	2.132	76.554	76.554
Contas a pagar de fornecedores	6.306	754	27.060	27.060
Imobilizado	116.723	3.344	120.067	120.067

Além das receitas líquidas de vendas acima apresentadas, a Companhia e suas controladas obtiveram receitas de serviços R\$ 720 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 652 em 30 de setembro de 2017).

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela diretoria-executiva.

A Companhia e suas controladas não possuem nenhum cliente que represente mais de 10% das receitas totais.

A Companhia efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de produto industrializado e vendas no varejo, independentemente de sua localização geográfica.

26. INCENTIVOS FISCAIS

A controlada Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda. goza de incentivos fiscais de ICMS auferidos na comercialização de produtos. Esses incentivos, consistem na redução de 69,75% do imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS) tendo como base o valor do imposto a pagar. A controlada não utilizou o incentivo nesse exercício.

A controlada Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda. goza de incentivos fiscais de ICMS auferidos na comercialização de produtos. Esses incentivos consistem na redução de 60% do imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS) tendo como base o valor do imposto a pagar. Nos anos de 2015, 2016 e 2017 a controlada não apurou incentivos.

A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS auferidos nas compras e comercialização de produtos. Esses incentivos consistem em diferimento do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) nas aquisições de produtos dentro do Estado e redução do valor a pagar sobre a apuração fiscal. Em 30 de setembro de 2018 a Companhia apurou o valor de R\$ 11.593 (R\$ 17.423 em 31 de dezembro 2017) registrados contabilmente como redutora de impostos sobre vendas – ICMS.

As subvenções e assistências governamentais são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado do exercício e submetida à Assembleia dos acionistas para aprovação de sua destinação.

27. RESULTADO POR AÇÃO

Básico e diluído

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia e suas controladas, pela quantidade média ponderada das ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Cálculo do lucro/prejuízo básico por ação

	Controladora e Consolidado			
	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017
Prejuízo do exercício atribuível aos detentores de a	(18.988)	(47.916)	4.349	5.551
Ações ordinárias e preferenciais	6.205	6.205	6.205	6.205
Resultado líquido por ação básico - R\$	(3,06)	(7,72)	0,70	0,89

Cálculo do lucro/prejuízo diluído por ação

	Controladora e Consolidado			
	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017
Prejuízo do exercício atribuível aos detentores de ações:	(18.988)	(47.916)	4.349	5.551
Número médio ponderado de ações em circulação - básico	6.205	6.205	6.205	6.205
Número de ações potenciais (opções de ações)	1.036	1.036	1.036	1.036
Número médio ponderado de ações em circulação - diluído	7.241	7.241	7.241	7.241
Resultado líquido diluído por ação - R\$	(2,62)	(6,62)	0,60	0,77

28. COMPROMISSOS

a. Compromissos para aquisição de ativos

A Companhia possui contratos para aquisição de ativos para 30 de setembro de 2018, sendo que estes não foram incorridos até o encerramento do exercício.

	Controladora e Consolidado
Máquinas e Equipamentos	<u>1.256</u>
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>1.256</u>

b. Compromissos com arrendamento mercantil operacional

A Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguel de lojas, onde atuam como arrendatária. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento operacional, já que não há a transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo alugado junto ao arrendados. Os pagamentos são contabilizados no resultado do exercício, de forma linear, durante os períodos de vigência desses contratos.

c. Outros compromissos

A Companhia e suas controladas possuem contratos de longo prazo firmados com fornecedores, os quais preveem penalidades para a Companhia e suas controladas em caso de descontinuidade antecipada desses contratos conforme a seguir:

Contratos de Algodão: Caso a Companhia não cumpra os contratos de algodão e este contrato estiver registrado em bolsa, este contrato vai para arbitragem (na Bolsa onde o contrato foi registrado) e se a parte faltante não cumprir o determinado pelo laudo arbitral ela se torna inadimplente perante o mercado de algodão. De posse do laudo arbitral, a parte ganhadora pode entrar na justiça comum contra a parte faltante.

29. COBERTURA DE SEGUROS

Em 30 de setembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são de R\$ 853.221, respectivamente para o Grupo e para a Companhia. Composta de R\$ 616.603 (limite máximo indenizável de R\$ 225.426) para danos materiais e R\$ 236.618 para lucros cessantes. A cobertura de seguros contra responsabilidade civil para o Grupo e para a Companhia é de R\$ 22.000.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações contábeis intermediárias, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.
